CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Pç. Marechal Arthur da Costa e Silva, 179 – Caixa Postal 31
Fones: 0 xx 18 351-1214/351-2443 - fax 351-2442 - email: cmptal@femanet.com.br
19970-000 - Palmital - SP

PROTOCOLADO
PROCESSO N.º 232 / 01
CM-PALMITAL 01 / 10 / 2001

Requerimento nº 94 /2001

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para que solicite do Serviço de Assistência à Saúde da Prefeitura Municipal de Palmital - "SAS" - todas as informações referentes às visíveis irregularidades existentes nos documentos contábeis desta autarquia, respondendo, sem embaraços, às perguntas abaixo relacionadas.

1- Por que, no ano de 1995, o "SAS" não possuía nenhum crédito?

2- Por que, no ano de 1996, aparece no Balanço Patrimonial do "SAS" um crédito de R$ 456.620,89?

3- Qual a origem deste crédito?

4- Por que, no ano de 1997, aparece no Balanço Patrimonial do "SAS" um crédito a receber de R$ 457.158,89, sendo que, na ata da reunião de 23/12 do mesmo ano, consta que o "SAS" possuía um crédito junto à Prefeitura Municipal de Palmital equivalente a R$ 553.123,30?

5- Como e por que o crédito do "SAS" aumentou de 1997 para 1998 de R$ 457.158,89 para R$ 642.970,08, sendo que, na realidade, deveria ser de aproximadamente R$ 401.846,57, com o abatimento das 12 parcelas de R$ 4.609,36, que a Prefeitura Municipal de Palmital teria que pagar ao "SAS", a partir de janeiro/98, conforme consta em ata?

6- Se houve o aumento deste crédito, quem eram os devedores?

7- A Prefeitura Municipal de Palmital repassou as 12 parcelas?

Diante da existência destas irregularidades, requeiro ainda, que solicite ao "SAS" o fornecimento de cópias da "Prestação de Contas Anual", que foram enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente aos exercícios de 1995/1996/1997 e 1998.

Tais solicitações se tornam necessárias, uma vez que, atendidas sem restrições, servirão para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à situação financeira desta autarquia e, também, para esta Casa que, mediante controle externo, exerça função de fiscalização, tendo em vista os princípios que regem a administração (Artigo 77 da Lei Orgânica do Município).

Sala das Sessões Plenário Vereador Prof. Alcides Prado Lacreta, em 01 de outubro de 2001.

Para o Expediente da Sessão Ordinária (Art. 138, § 1º R. I.)
C. M. de Palmital em 01 / 10 / 2001
José Antonio dos Santos Pimenta
Presidente

FRANCISCO DE SOUZA
Vereador

APROVADO
POR Unanimidade
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
DB 15 / 10 / 2001
José Antonio dos Santos Pimenta
Presidente

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINARIA DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA CAMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, REALIZADA EM PRIMEIRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM.

Presidência: JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS PIMENTA
Secretaria : MIGUEL BUENO VIDAL

Às vinte horas e quinze minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e um, na sede da Câmara Municipal de Palmital, sito a Praça Marechal Arthur da Costa e Silva, 179, realizou-se a decima quinta sessão ordinária da décima terceira Legislatura. Procedida a chamada pelo senhor Secretário verificou-se presentes os seguintes Vereadores: Adaligiza Ronqui Ferraz Vieira, Benedito Hélio Orlandi, Eduardo Apolinário de Vasconcellos, Francisco de Souza, Getúlio Duarte, José Antônio dos Santos Pimenta, Manoel de Barros, Marcelo Aparecido Marin, Miguel Bueno Vidal, Milton Corazina, Rafael Perrilho do Nascimento, Regina Célia Menocci Orlandi, Reinaldo Custódio da Silva, Tê Biondi e Valneci Zaqueta, havendo número regimental, pelo senhor Presidente foi aberta a presente sessão. Colocada em discussão a Ata da sessão anterior, décima quarta sessão ordinária, realizada em dezessete de setembro do corrente ano, usou da palavra o Vereador Tê Biondi, dizendo: eu só gostaria de retificar exatamente na folha 04 onde foi dito por mim, "se eles pudessem posicionar os seus veículos coletores de lixo à direita das ruas ou à esquerda" que fosse incluído "quando possível e permitido". Disse o senhor Presidente: será incluído. Em seguida foi colocada em votação a referida Ata que foi aprovada sem debates por unanimidade. Colocada em discussão e votação a Ata da terceira sessão extraordinária realizada em vinte e quatro de setembro do corrente ano, foi aprovada sem debates por unanimidade. DO EXPEDIENTE constou o seguinte: Pareceres nºs 40 e 41/2001 da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 36 e 38/2001. Pareceres nºs 40 e 41/2001 da Comissão de Finanças e Orçamentos, opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 36 e 38/2001. Determinou o senhor Presidente fossem os pareceres anexados aos respectivos projetos. Requerimento nº 94/2001 do Vereador Francisco de Souza, solicitando do S.A.S. todas as informações referentes às visíveis irregularidades existentes nos documentos contábeis desta autarquia. Usou da palavra o Vereador Dr. Eduardo Apolinário de Vasconcellos dizendo que gostaria de discutir o referido requerimento. Esclareceu o senhor Presidente que devido a solicitação do nobre Vereador, o requerimento ficará para o expediente da próxima sessão ordinária, para ser discutido e votado. Requerimento nº 95/2001 do Vereador Marcelo Marin, solicitando da CEVP, informações sobre o critério adotado no que se refere aos "apagões" das lâmpadas dos postes da iluminação pública. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 96/2001 do Vereador Milton Corazina, solicitando do Executivo seja resolvido o problema no cruzamento das Ruas João Medeiros e Teresiano dos Santos, onde existe uma valeta profunda e que vem dificultando o tráfego. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 97/2001 da Vereadora Adaligiza Ronqui Ferraz Vieira, solicitando do Executivo

219-E

23/

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSAO ORDINARIA DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA CAMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, REALIZADA EM QUINZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM.

Presidência: JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS PIMENTA
Secretaria : MIGUEL BUENO VIDAL

Às vinte horas e quinze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e um, na sede da Câmara Municipal de Palmital, sito à Praça Marechal Arthur da Costa e Silva, 179, realizou-se a décima sexta sessão ordinária da décima terceira Legislatura. Procedida a chamada pelo senhor Secretário verificou-se presentes os seguintes Vereadores: Adalgiza Ronqui Ferraz Vieira, Benedito Hélio Orlandi, Eduardo Apolinário de Vasconcellos, Francisco de Souza, Geraldo Duarte, Jose Antônio dos Santos Pimenta, Manoel de Barros, Marcelo Aparecido Marin, Miguel Bueno Vidal, Milton Barazza, Sales Farrim do Nascimento, Regina Celia Meneghi Orlandi, Reinaldo Custódio da Silva, TE Biondi e Valdeci Baqueta, havendo número regimental, pelo senhor Presidente foi aberta a presente sessão. Colocada em discussão e votação a ata da sessão anterior, decima quinta sessão ordinária, realizada em primeiro de outubro do corrente ano, foi aprovada sem debates por unanimidade. DO EXPEDIENTE constou o seguinte: discussão do Requerimento nº 94/2001 de iniciativa do Vereador Francisco de Souza, solicitando do SAS informações referente as visíveis irregularidades existentes nos documentos contábeis desta autarquia, solicitado pelo Vereador Dr. Eduardo Apolinário de Vasconcellos em sessão anterior, o qual fez uso da palavra, dizendo: senhor Presidente, nobres Pares, o objetivo que eu pedi para que se fizesse o estudo sobre o requerimento do nobre Vereador Francisco de Souza, foi simplesmente porque eram muitos itens para que a municipalidade respondesse, isto é, para que os técnicos da Prefeitura fizessem as respostas de forma correta e adequada, mas como foi conversado na Prefeitura, inclusive o nobre Vereador estava presente, os técnicos da Prefeitura deixaram todos os livros e a posição de todos os técnicos da Prefeitura a disposição do nobre Vereador e orientaram também que se ele quisesse levar o contador dele, os livros seriam expostos para ele, que nada os técnicos da Prefeitura, a municipalidade teria a ocultar, sendo uma administração transparente, está a disposição do nobre Vereador, era, foi só isto o meu objetivo de pedir a discussão do requerimento, muito obrigado. Usou da palavra o Vereador Francisco de Souza, dizendo: primeiramente boa noite a todos, eu gostaria de dizer o seguinte a todos vocês, já que o meu requerimento será submetido a votação em plenário, gostaria de esclarecer a todos os presentes que comecei a solicitar informações do executivo sobre a autarquia denominada SAS em atendimento a denúncias verbais oferecidas por funcionários públicos municipais os quais alegaram que a Prefeitura Municipal, não estava repassando ao SAS as verbas obrigatórias apesar de estar havendo os descontos normais nos holerithes, gostaria de dar explicação do conteúdo do meu requerimento, então é por esse motivo e outros que não são alheios a minha vontade que eu gostaria de fazer essa explanação,

resumida, é claro, dos fatos contidos no requerimento a título de esclarecimento, para que Vossas Excelências tomem conhecimento antes de votarem; na ata de 29/12/95 consta que os membros do conselho de administração do SAS estavam preocupados com o não repasse dessas verbas por parte da Prefeitura, apesar do SAS possuir então um crédito junto à Prefeitura referente a contribuição em atraso, no balanço patrimonial de 95 não aparece nenhum crédito em favor do SAS, na ata de 27/12, já se tem, já em 1996 aparece no balanço patrimonial em crédito de R$ 455.620,89, na ata de 17/11/97 a Prefeitura reconhece a dívida resultante de contribuição em atraso no valor de R$ 533.183,01 e se compromete em saldá-la em 120 parcelas mensais, 10 anos, conforme o termo de compromisso firmado entre a Prefeitura Municipal de Palmital e o SAS, mas no balanço patrimonial do mesmo ano, isto é, em 97, consta um crédito de R$ 457.158,39, sendo que na verdade deveria ser de no mínimo R$ 533.000,00 aparecendo portanto uma diferença de aproximadamente de 100 mil reais, e por último, no ano de 98 esse crédito aumentou para R$ 642.970,08 sendo que deveria diminuir com os pagamentos das primeiras doze parcelas mensais de acordo com o contrato assinado, neste caso aumentou também a diferença para aproximadamente 200 mil reais, bem, podendo então Vossas Excelências notarem que foi em decorrência de constatação destas divergências é que solicitei as informações alencadas neste requerimento, agora quanto as alegações feitas pelo nobre Edil Dr. Eduardo Apolinário de Vasconcellos, há de minha parte aqui uma discordância, porque de acordo com especialistas na área de contabilidade, as minhas perguntas podem ser respondidas, desde que as documentações contábeis estejam em dia, não havendo porém necessidade de utilizar vários funcionários, certo, entendo eu então que não há o que alegar e muito menos que discutir e além do mais, por se tratar de matéria específica, contendo documentos elaborados pelos próprios funcionários, não há o que dificulte pronto atendimento, certo, quanto ao prazo, o requerimento no caso é endereçado ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, o qual sempre procurou, conforme confirmou o nobre Edil, demonstrar transparência no seu governo, portanto se há transparência nesta administração, não há nada que impeça o atendimento, nada mais justo que o senhor Prefeito preste as informações necessárias e encaminhe os documentos requisitados dentro do prazo estipulado ou então que solicite a prorrogação deste prazo justificando o porque do não atendimento; finalizando gostaria de dizer a todos, caso não se comprove nenhuma irregularidade em relação a esta autarquia, melhor para todos, pois eu particularmente estou procurando fazer a minha parte e espero neste momento que cada um de vos faça a sua no ato da votação, é o que eu tinha a dizer, muito obrigado. Usou da palavra o Vereador Tê Biondi, dizendo: senhor Presidente muito boa noite, demais companheiros, só quero aqui deixar a posição que transparência por transparência assim como disse o Dr. Eduardo e o Vereador Francisco de Souza, os próprios funcionários da Prefeitura já estavam a disposição, a cumprir essa determinação ou melhor, atender esse requerimento que está sendo formulado pelo Vereador Francisco de Souza, então acredito que não venha a ocorrer algum impedimento por haver alguma

discordância por maioria desta Casa, já que os próprios funcionários da Prefeitura estão a disposição para esclarecer e deixar essas dúvidas que surgiram através de alguma outra denuncia, alguma outra opinião, ou requisição junto ao Vereador Francisco de Souza, transparência essa vejo coerência no requerimento do Vereador Francisco de Souza, se por acaso não vier a surgir qualquer dúvida ou impasse, que esse assunto seja encerrado e o Vereador Francisco de Souza vai se sentir tanto honrado por ter cumprido com sua parte e podendo provar ao seu eleitorado, a aqueles que requisitaram algumas informações, tanto também a própria Prefeitura e tudo mais em poder apresentar alguma solução, conforme foi feito em uma reunião, onde estava presente o Doutor Eduardo, o Francisco de Souza, o senhor Presidente e mais alguns Vereadores desta Casa, muito obrigado. Usou da palavra o Vereador Reinaldo Custódio da Silva, dizendo: Senhor Presidente, demais companheiros desta Casa, eu gostaria primeiramente dizer, que eu sou favorável a este requerimento que ora vai ser votado em plenário, mas gostaria de fazer um pedido a Vossa Excelência, requerer a Vossa Excelência, que se o requerimento for aprovado por esta Casa, que a documentação que vier a Vossa Excelência seja transparente dentro desta Casa, aos quinze Vereadores, através do contador desta Casa que é uma pessoa idônea e capaz e também do jurídico da nossa Câmara que muito respeito, que muito trabalho tem feito para nós e a todos os Vereadores, portanto eu deixo bem claro à Vossa Excelência, requeiro a Vossa Excelência se for aprovado nesta Casa de Leis, a hora que for votado eu requeiro a Vossa Excelência que a cópia que o nobre Vereador esta pedindo seja passado pelas mãos do contador desta Casa, acompanhado do jurídico, do Doutor Jose Antonio Moreira para que não paira dúvida na presença de ninguém, porque o nobre Vereador afirma as visíveis irregularidades e nós estamos aqui para fazer lei, para votar a coisa certa, eu até não permito que algum Vereador, vá falando em algum lugar aí que a Câmara vai abafar esse requerimento, eu não sou Vereador desse naipe, tenho a minha postura e tenho os meus representantes que me colocaram aqui e por isso eu quero votar favorável, e se for aprovado e quero uma vez mais, solicito a Vossa Excelência que coloque o meu requerimento verbal também em votação, muito obrigado, senhor Presidente. Disse o senhor Presidente: depois que o Miguel fazer uso da palavra, então, a gente vai colocar o requerimento dele e depois o seu, está certo. Usou da palavra o Vereador Miguel Bueno Vidal, dizendo: senhor Presidente, senhores Vereadores, eu gostaria de tecer um comentário sobre solicitações que são feitas através de requerimento e esse requerimento como o Dr. Eduardo pediu para a gente discutir e trocar algumas idéias, vem ser de encontro com aquilo que eu penso e que eu sempre me pautei aqui dentro desta Casa, quando surge requerimentos eu nunca votei contra requerimentos, a não ser que seja requerimentos que venha única e exclusivamente fazer politicagem nesta Casa, sempre votei a favor, os requerimentos todos eles deveriam ser votados, mas por uma questão de agilização da Mesa, o senhor Presidente faz o deferimento dos requerimentos e encaminha ao Prefeito, mas como nós estamos aqui há vinte e poucos anos, sabemos dos trâmites e temos por obrigação mais do

que ninguém saber o que ocorre no Executivo, então nós temos vias legais de chegar até lá verificar os documentos e a própria parte contábil da Prefeitura a hora que nós quisermos, no caso o nobre Vereador Francisco poderia até ter solicitado uma comissão especial de inquérito e essa comissão ter feito um levantamento da Prefeitura porque nós sabemos que o caso aí em causa, é única e exclusivamente daquela funcionária que tinha lá, a Márcia Barros que cometeu um erro, só que esse erro, eu quero dizer aos nobres Pares, nas administrações passadas não era considerado como erro, era considerado como coisa normal o funcionário fazer adiantamento, cada departamento fazia adiantamento para os funcionários e no pagamento era ressarcido isso daí, isso é sabido por todos, nós sabemos que em 1995, no tempo da Prefeita Marilena Tronco, no tempo do Senhor Braz, no tempo do Eloy, no tempo do senhor Albino, eles faziam esse tipo de coisa, o senhor Beto Leão cortou isso daí, na hora que cortou isso daí, encontrou, eles continuaram fazendo através do SAS, que é que foi feito uma pessoa que não cumpre com determinação do superior, ela tem que ser retirada daquele cargo, e por isso ela foi mandada para prestar serviços lá no Centro Cultural, agora está certo, eu acho que tem coisa muito mais errada que foram tomadas medidas, mandados embora e o Juiz de Direito retornou essas pessoas para o cargo de funcionário, se fosse mandar vagabundo embora que tem na Prefeitura, olha, tem umas dezenas para mandar embora, pessoas que não fazem nada, isto também é roubo para os cofres municipais, só que essas pessoas bonitinhas de bem com os Vereadores, os Vereadores não querem se manifestar, fica por isso mesmo, e nós precisamos de gente que trabalhem, agora qualquer empresa, qualquer departamento, qualquer setor pode haver deslize e não é qualquer coisa, e por isso que eu sempre digo aqui nesta Casa, não é a torto e a direito que vai mandar gente embora, que vai caçando mandato de Vereador, não é qualquer "pé de macaco" aí fora que vai falando que Vereador cometeu erro e já vem com pedido de cassação em cima dos Vereadores, que também não é contra o funcionário, acho que tem que ser analisado, ponderado, feito uma comissão, foi feito uma comissão de sindicância interna, verificado o que foi realizado, agora nós podemos constituir uma comissão, ir lá e ver "in loco" o que é que foi feito, agora buchicho quando começa a fermentar muito, começa a mexer com a massa, e a Câmara não é lugar para isso, e como disse o nobre Vereador Tê Biondi, vamos verificar, vamos, eu acho que nós estamos aqui para discutir coisas boas, trazer projeto para Palmital, trazer coisas para Palmital, agora ciumeira dentro do Executivo é coisa terrível, ninguém consegue trabalhar, aí as pessoas que realmente necessitam de um serviço, porque além de ganhar pouco, mas é uma cambada de puxa-saco dos diabos, e para ficar fazendo fuxico para o Vereador ficar enviando documentação para lá, são centenas de documentos e nós podemos ir e ver "in loco" isso daí, na hora em que nós quisermos, existe uma determinação que não se pode sair documentos do Executivo, como também não pode sair do Legislativo, mas nós podemos ir lá e verificar a contabilidade de ponta a ponta, ver o documento como já foi feito isso aí no passado, como nós encontramos barbaridades, notas falsas, notas frias, notas de jogos de

camisas, jogos de tudo quanto é porcariada foi colocado, nós verificamos, xerocamos, eu acho então, eu também não sou contra o requerimento, todos os Vereadores têm o direito de pedir, mas nós temos que nos organizarmos, quando tem alguma coisa que nós possamos fiscalizar "in loco", porque não a Câmara ir lá e fiscalizar e tornar transparente como disse o Reinaldo para todos os Vereadores, para todos os munícipes, não ficar um bando de fuxiqueiros, porque tem um bandinho de fuxiqueiro aqui em Palmitai, terrível e são poucos mas eles sabem fazer um rebu deles e soltar na praça que nós vamos votar para abafar o requerimento, não tem nada disso gente, nós estamos aqui e para trabalhar para Palmitai, nós temos um salário e temos que fazer jus a esse salário, fomos eleitos, não pertencemos a sindicatos, fomos eleito pelo voto popular, então eu acho que estamos aqui para cumprir o nosso dever e a nossa obrigação, muito obrigado senhor Presidente. Usou da palavra o Vereador Dr. Getúlio Duarte, dizendo: senhor Presidente, demais companheiros, eu também quero aqui justificar o meu voto favorável ao requerimento, e o companheiro, todos nós os quinze Vereadores somos os representantes do povo, fomos eleitos para representar esse povo e a partir do momento em que se levanta alguma coisa em que se paira no ar, nós estamos aqui para apurar, eu do meu ponto de vista não só o requerimento companheiro, que eu acredito que será aprovado, mas se tem comprovação de que se houve irregularidade a Câmara tem que abrir uma Comissão, uma CPI, para apurar os fatos para que daí então possamos tomar uma medida, os Vereadores pertencem ao poder Legislativo e é totalmente independente do Executivo, nós estamos aqui e para fiscalizar e a partir do momento que se detecta que existe alguma coisa errada, nós temos que apurar e mostrar para o povo, aqueles que nos elegeram, que nós estamos aqui representando-os e representando bem, nós não podemos deixar que alguém fale alguma coisa ou traga alguma denúncia e chega na Câmara e abafar, acho que essas coisas estão na hora de acabar, então aqui quero justificar o meu voto, eu sou favorável também a esse requerimento. Usou da palavra o Vereador Benedito Hélio Orlandi, dizendo: senhor Presidente, nobres Pares, eu também comungo com as palavras do Vereador Nardo, com o Dr. Getúlio, eu também sou a favor do requerimento, eu apenas fiquei até certo ponto bastante triste e pelos comentários que veiculavam na cidade, que nós Vereadores estávamos acobertando, nós não queríamos que fossem apurados os fatos aí enumerados pelo nosso colega Edi Francisco, eu acho até que o nosso colega fez já um julgamento, um pré julgamento, dizendo que está havendo irregularidades, então eu sou a favor também, que seja, assim que seja aprovado o requerimento, essa documentação passe pela apreciação do nosso contador, do nosso assessor jurídico para que a verdade venha à tona, muito obrigado. Usou da palavra o Vereador Marcelo Marin, dizendo: senhor Presidente, nobres Pares, eu acho que esse tumulto que foi criado sobre o requerimento do Francisco de Souza foi os próprios Vereadores que criaram, porque se o nosso Prefeito está fazendo uma administração correta e honesta, não precisa ter tumultuado tudo isso, é só aceitar o requerimento e mostrar que está tudo certo que tinha parado por aí mesmo, se não tem irregularidade é só provar que não tem, já

não tinha tido esses boatos na cidade e nada de irregular, é só isso que eu tinha a dizer, senhor Presidente. Usou da palavra o Vereador Francisco de Souza, dizendo: eu gostaria de discordar, gostaria não, vou discordar das palavras do nobre Edil Bertola pelo seguinte: eu não fiz um pré julgamento de nada, certo, simplesmente na data de 17/09 eu entrei com o requerimento e sem a minha presença nesta Casa, houve comentários, foi tecido vários comentários até um princípio de tumulto para que eu retirasse o requerimento, eu no momento como não sabia o que fazer retirei, agora quanto a esse pré julgamento, mais uma vez eu quero dizer que depois do dia 17 até o dia de hoje, inclusive até o dia em que apresentei o requerimento, dia primeiro de outubro, fui procurado por vários Vereadores para que eu não colocasse em votação, eu fui ameaçado, que o Prefeito havia chamado doze Vereadores lá que iam votar contra, não sei porque, eu não fiz nada, e se eu falei alguma coisa eu assumo o que eu fiz e quero dizer mais uma vez que o meu procedimento aqui eu acho, procedimento adotado legal, por que as informações solicitadas foram baseadas em documentos oferecidos pelo próprio SAS, os quais indicam haver irregularidades, indicam, se não provar nada, senhor para todos, agora, eu não entendo para que dizer que eu fiz um pré julgamento certo, eu simplesmente estou procurando fazer o que cabe a mim fazer na qualidade de Vereador, não entendo o porque de tanta preocupação, de tanta polêmica em relação ao que está sendo feito de acordo com os parâmetros da Lei Orgânica, certo, se alguém quisesse que não acontecesse nenhum comentário deixasse tudo transcorrer normalmente, houvesse a votação sim ou não pelo requerimento, não havia nada, como disse o nobre Edil Marcelo, os comentários surgiram desta Casa, eu não posso fazer nada, muito obrigado. Usou da palavra o Vereador Benedito Hélio Orlandi, dizendo: nobre colega Francisco, o senhor citou aqui no seu requerimento, "diante da existência dessas irregularidades" por isso que eu afirmei que o senhor já está fazendo um julgamento, o senhor já está julgando que existe irregularidades, então é justamente por isso que eu fiz essa colocação. Usou da palavra o Vereador Miguel Bueno Vidal, dizendo: senhor Presidente, eu acabo de ouvir do nobre Edil que essa polêmica foi criada por essa Casa, que eu tenho a certeza absoluta que a Mesa da Câmara em momento algum reuniu, ou fez algum convite para algum dos Vereadores para participar de alguma reunião relacionada com esse requerimento, portanto, se houve alguma coisa, essa Casa de Leis não está envolvida porque qualquer reunião, qualquer determinação é feita pela Mesa da Câmara e estou me informando aqui com o Senhor Presidente que não fez convocação nenhuma para essa reunião, eu tomei conhecimento que eu estava aqui na Câmara, não participei de reunião nenhuma, e nem participo dessas reuniões porque isso aí é para marcar outra reunião, uma reunião para marcar outra reunião, não leva a nada, então eu quero deixar bem claro para os nobres Edis e ao povo que está ouvindo, que a Câmara Municipal de Paimital não tem nada a ver com essas negociações que foram feitas anteriores. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra foi colocado em votação o Requerimento nº 94/2001 o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi colocado em votação o Requerimento

Verbal do Vereador Reinaldo Custódio da Silva o qual foi aprovado por unanimidade. Pareceres 42 e 43/2001 da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 39 e 40/2001. Pareceres nºs 42 e 43/2001 da Comissão de Finanças e Orçamentos, opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 39 e 40/2001. Determinou o senhor Presidente fossem os pareceres anexados aos respectivos projetos. Requerimento nº 101/2001 do Vereador Marcelo Marin, solicitando do Diretor do Departamento Municipal de Saúde, informações sobre os médicos contratados pela municipalidade. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 102/2001 da Vereadora Adalgiza Ronqui Ferraz Vieira, solicitando do Executivo, estudos na viabilidade de que conceda anistia de multas e juros sobre os impostos prediais e territoriais atrasados. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 103/2001 da Vereadora Adalgiza Ronqui Ferraz Vieira, solicitando do Executivo, seja estabelecido a volta da visitação ao público no Horto Florestal, e também a colocação de bancos e mesas de cimento. Deferido pela Presidência. Ofício nº 562/2001 do Executivo, encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 10/2001 que autoriza a Prefeitura Municipal de Paimitel a alienar, mediante doação, imóvel de sua propriedade e dá outras providências, o qual foi encaminnado às Comissões de Justiça e Finanças. Ofício nº 90/2001 do Presidente da COMUL, encaminnando o edital de convite nº 043/01, bem como as Atas de abertura, homologação, adjudicação referente ao convite nº 041/01. Ofício nº 92/2001 do Presidente da COMUL, encaminnando a ata/termo de arrematação/termo de homologação, referente ao Leilão nº 02/01 e editais dos convites nºs 044 e 045/01. Ofício nº 93/2001 do Presidente da COMUL, encaminnando as atas de abertura, julgamento, homologação e adjudicação, referente aos convites nºs 042 e 043/01. Ofício nº 567/2001 do Executivo, encaminnando o balancete da Receita e Despesa do mês de setembro de 2001, o qual o senhor Presidente colocou a disposição. Ofício nº 574/2001 do Executivo, encaminnando cópia das Leis nºs 1940 e 1941, promulgadas pelo Executivo. Ofício nº 575/2001 do Executivo, informando sobre o Requerimento nº 99/2001 do Vereador Valdeci Zaqueta. Ofício nº 576/2001 do Executivo, informando sobre o Requerimento nº 96/2001 do Vereador Milton Corazina. Ofício nº 577/2001 do Executivo, informando sobre o Requerimento nº 97/2001 da Vereadora Adalgiza Ronqui Ferraz Vieira. Ofício nº 578/2001 do Executivo, informando sobre o Requerimento nº 100/2001 dos Vereadores Valdeci Zaqueta e Eduardo Apolinário de Vasconcellos. Disse o senhor Presidente: as correspondências recebidas encontram-se a disposição dos Vereadores na Secretaria desta Casa. Nada mais havendo para o expediente o senhor Presidente colocou a palavra livre. Usou da palavra o Vereador Tá Bianchi, dizendo: senhor Presidente, eu só quero deixar a seguinte colocação com relação a reunião que houve depois da última sessão do pessoal da saúde que estiveram aqui presente, fizeram uma explanação muito grande com relação a Santa Casa e tudo mais, na primeira terça-feira após a sessão eu estive lá na Santa Casa no período da tarde, fazendo uma visita, questionando alguma situação, conversando com a população que estava presente, perguntei a atendente ali, um cidadão que trabalha lá, o

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSAO ORDINARIA DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA CAMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, REALIZADA EM CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E UM.

Presidência: JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS PIMENTA
Secretaria : MIGUEL BUENO VIDAL

Às vinte horas e quinze minutos do dia cinco de novembro de dois mil e um, na sede da Câmara Municipal de Palmital, sito à Praça Marechal Arthur da Costa e Silva, 179, realizou-se a décima sétima sessão ordinária da décima terceira Legislatura. Procedida a chamada pelo senhor Secretário, verificou-se presentes os seguintes Vereadores: Adalgiza Ronqui Ferraz Vieira, Benedito Hélio Orlandi, Eduardo Apolinário de Vasconcellos, Francisco de Souza, Getúlio Duarte, Jose Antônio dos Santos Pimenta, Manoel de Barros, Marcelo Aparecido Marin, Miguel Bueno Vidal, Milton Corazina, Rafael Parrilha do Nascimento, Regina Celia Menocci Orlandi, Reinaldo Custódio da Silva, Tê Biondi e Valdeci Zaqueta. Havendo número regimental, pelo senhor Presidente foi aberta a presente sessão. Colocada em discussão e votação a Ata da sessão anterior, décima sexta sessão ordinária, realizada em quinze de outubro do corrente ano, foi aprovada sem debates por unanimidade. DO EXPEDIENTE constou o seguinte: Pareceres nºs 44, 45 e 46/2001 da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 16 e 31/2001 e Projeto de Lei Complementar nº 10/2001. Pareceres nºs 44, 45 e 46/2001 da Comissão de Finanças e Orçamentos, opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 16 e 31/2001 e Projeto de Lei Complementar nº 10/2001. Pareceres nºs 03 e 04/2001 da Comissão de Higiene, Cultura, Assistência Social e Obras Publicas, opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 16 e 31/2001. Determinou o senhor Presidente fossem os pareceres anexados aos respectivos projetos. Indicação nº 45/2001 do Vereador Dr. Eduardo Apolinário de Vasconcellos, sugerindo ao Executivo, estudos no sentido do fornecimento mensal de uma Cesta Básica a todos os Agentes da Saúde de Palmital. Encaminhada. Indicação nº 46/2001 do Vereador Reinaldo Custódio da Silva, sugerindo ao Executivo, reparos na estrada municipal que faz ligação a Cerâmica Esperança. Encaminhada. Requerimento nº 104/2001 do Vereador Reinaldo Custódio da Silva, solicitando do Executivo serviços de tapa buracos na Rua Wady Zugaiar. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 105/2001 do Vereador Marcelo Marin, solicitando do Executivo a construção de uma boca de lobo na Rua Amâncio de Góes. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 106/2001 do Vereador Marcelo Marin, solicitando do Executivo a construção de uma lombada na Rua Emilio Rorato com a Rua Edgard Luzio. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 107/2001 do Vereador Marcelo Marin, solicitando do Executivo a construção de uma praça em terreno de propriedade da municipalidade, situado na Rua Amâncio de Góes. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 108/2001 do Vereador Milton Corazina, solicitando do Executivo a construção de uma galeria de águas pluviais na Rua Vereador Clóvis Camargo Bueno com a Rua Rui Barbosa. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 109/2001 do Vereador Benedito Hélio

Orlandi, solicitando do Executivo, seja encaminhado mensagem a esta Casa, visando promover incentivos mediante o ressarcimento das despesas com transferências de veículos particulares para o nosso Município. Deferido pela Presidência. Requerimento nº 110/2001 do Vereador Clayton Biondi (PT), solicitando do Diretor do DER de Assis, providências no sentido da pintura das faixas de sinalização da pista do trevo de acesso a cidade de Palmital. Deferido pela Presidência. Moção nº 26/2001 do Vereador Benedito Hélio Orlandi, de congratulações e parabenização ao senhor Antônio Ermírio de Moraes, pela doação de um conjunto de Visualização e um Astroscópio para o centro cirurgico da Santa Casa de Misericórdia de Palmital. Colocada em única discussão e votação, foi aprovada sem debates por unanimidade. Ofício nº 590/2001 do Executivo, encaminhando cópia das Leis 1942 e 1943, promulgadas pelo Executivo. Ofício nº 613/2001 do Executivo, informando sobre os Requerimentos nºs 102 e 103/2001 da Vereadora Adalgiza Ronqui Ferraz Vieira. Ofício nº 615/2001 do Executivo, encaminhando o Projeto de Lei nº 41/2001 que autoriza o Poder Executivo a transferir, por doação, para fins de interesse social, ao Fundo Social de Solidariedade do Município, os bens móveis inservíveis para a municipalidade, o qual foi encaminhado às Comissões de Justiça e Finanças. Ofício nº 619/2001 do Executivo, encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 11/2001 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 60 de 22 de junho de 1999 – Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências, o qual foi encaminhado às Comissões de Justiça e Finanças. Ofício nº 335/2001 do Diretor do Depto. Municipal de Saúde, informando sobre o requerimento do Vereador Marcelo Marin. Carta nº 4.262 do Deputado Federal Antônio Henrique Cunha Bueno, informando sobre o Requerimento nº 98/2001 do Vereador Valdeci Zaqueta. Ofício nº 612/2001 do Executivo, informando sobre o Requerimento nº 94/2001 do Vereador Francisco de Souza. Disse o senhor Presidente: de acordo com o requerimento verbal do nobre Vereador Reinaldo Custódio da Silva, solicito ao Diretor da Secretaria que tire xerox e encaminhe ao Departamento Juridico e de Contabilidade para que dê o parecer. Correspondências diversas: ofícios nºs 95, 96, 97 e 99/2001 da CONULO, anexando editais de licitação da Prefeitura Municipal do Ministério da Educação, comunicando a liberação de verbas para a municipalidade, do Fundo Nacional de Saúde, comunicando a liberação de verbas para a municipalidade. Disse o senhor Presidente: as correspondências recebidas encontram-se a disposição dos Vereadores na Secretaria desta Casa. Nada mais havendo para o expediente eu coloco a palavra livre. Usou da palavra o Vereador Benedito Hélio Orlandi, dizendo: Senhor Presidente, nobres Vereadores, eu gostaria de fazer um convite para que participem de uma reunião sexta-feira com o deputado Federal por São Paulo, Chico Graziano, ele estará visitando a Santa Casa de Palmital e provavelmente faremos essa reunião no Sindicato Rural de Palmital, o Chico Graziano é engenheiro agrônomo, ele foi Secretário de Agricultura de São Paulo, do Estado de São Paulo e também foi Diretor Presidente do INCRA, então eu gostaria de estender esse convite aos demais agricultores interessados a participar dessa reunião, muito

Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

pmpalmital@webtal.com.br

OFÍCIO GP Nº 612/2001

Palmital, 31 de Outubro de 2001

Senhor Presidente

Em atenção ao **Ofício nº 233/2001**, datado de 16 de outubro de 2001, o qual encaminha o **Requerimento nº 94/2001**, de iniciativa do nobre Vereador **FRANCISCO DE SOUZA**, temos a informar o quanto segue:-

Requerimento nº 94/201:-

-Informamos ao nobre Vereador que, em anexo, estamos enviando as respostas dos quesitos formulados, bem como a documentação requerida para sua análise.

Sendo só para o momento, na oportunidade reiteramos protestos de elevada consideração e estima.

José Roberto Leão Rego
-PREFEITO MUNICIPAL-

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS PIMENTA

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

PALMITAL – SP.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
S. A. S.

Em atendimento ao Requerimento nº 94/2001, recebido através do Ofício nº 233/2001 da Câmara Municipal de Palmital, informamos o seguinte:-

- *O SAS possuía créditos em 1995, que não ficaram demonstrados em balanço, devido a não existência de levantamentos na época para apuração do montante.*
- *No ano de 1996, foi feito um levantamento preliminar, que apurou um crédito de R$ 456.620,89 (quatrocentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e vinte Reais e oitenta e nove Centavos) que foi devidamente inscrito no balanço do SAS.*
- *Esses créditos são originários de contribuições devidas ao SAS, pela empregadora P.M.P. e funcionários.*
- *O crédito de R$ 457.158,89 (quatrocentos e cinqüenta e sete mil, cento e cinqüenta e oito Reais e oitenta e nove Centavos), demonstrado no balanço patrimonial de 1997, refere-se ao valor inscrito em dívida ativa no exercício de 1996, somado ao valor de R$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito Reais), correspondente à aquisição de bens móveis e utensílios. Em 1997 foi firmado um Termo de Compromisso, entre a P.M.P. e o SAS, onde foi demonstrado mensalmente, as contribuições devidas ao SAS, no período de junho/94 a novembro/97, que totalizou R$ 688.201,18 (seiscentos e oitenta e oito mil, duzentos e um Reais e dezoito Centavos). Do montante de R$ 688.201,18 (seiscentos e oitenta e oito mil, duzentos e um Reais e dezoito Centavos), subtraindo-se os valores pagos pela Prefeitura Municipal de Palmital, na importância de R$ 135.077,88 (cento e trinta e cinco mil, setenta e sete Reais e oitenta e oito Centavos), a título de Licença Saúde, a Funcionários, que seria obrigação do SAS, restou um saldo credor a favor do SAS no valor de R$ 553.123,30 (quinhentos e cinqüenta e três mil, cento e vinte e três Reais e trinta Centavos). Como no ano de 1996 já havia sido inscrito em dívida ativa o valor de R$ 456.620,89 (quatrocentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e vinte Reais e oitenta e nove Centavos), após firmarem o Termo de Compromisso, onde se chegou ao valor real do crédito no SAS, foi realizado um lançamento complementar no balanço de 1998 no valor de R$ 231.580,29 (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e oitenta Reais e vinte e nove Centavos), perfazendo o*

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
S. A. S.

total de R$ 688.201,18 (seiscentos e oitenta e oito mil, duzentos e um Reais e dezoito Centavos).

- *No exercício de 1998, a Prefeitura Municipal de Palmital, realizou pagamentos no valor de R$ 48.639,10 (quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e nove Reais e dez Centavos), restando ao SAS o saldo credor de R$ 639.562,08 (seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois Reais e oito Centavos); acrescentado-se ao saldo credor, o valor de R$ 3.408,00 (três mil, quatrocentos e oito Reais) referente a aquisição de bens móveis e utensílios, perfaz-se um total de R$ 642.970,08 (seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta Reais e oito Centavos), devidamente demonstrado no balanço patrimonial do exercício de 1998.*
- *A Prefeitura Municipal de Palmital é única devedora do SAS e no ano de 1998 quitou 12 (doze) parcelas referente ao Termo de Compromisso firmado em 1997, que somadas perfazem R$ 48.639,10 (quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e nove Reais e dez Centavos).*
- *Anexamos ao presente, cópias das prestações de contas anuais, que foram enviadas ao tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998.*

Palmital, 31 de outubro de 2001.

GENESIO ANTONIO DE OLIVEIRA
Coordenador Geral de Finanças
RG 7.549.577 - CRC 111.091-SP